

# **A CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA INFANTO-JUVENIL PARA O ESTÍMULO DA LEITURA**

**ANDRADE**, Anita Maria da Costa Almeida

**LEITE**, Tânia Regina Carvalho Santos (ORIENTADORA)

## **RESUMO:**

Este artigo aborda a questão da importância da literatura infanto-juvenil para o incentivo da prática da leitura. A leitura é um dos meios mais eficazes de desenvolvimento sistemático da linguagem e da personalidade. Ela favorece a remoção das barreiras educacionais de que tanto se fala, concedendo oportunidades mais justas de educação principalmente através da promoção do desenvolvimento da linguagem e do exercício intelectual, e aumenta a possibilidade de normalização da situação pessoal de um indivíduo. Foram os aspectos descritos acima motivou a elaboração deste artigo, que procura demonstrar que é possível formar leitores através da literatura, ou seja, desenvolver o hábito de leitura apontado para as soluções simples e viáveis, que podem ser adotadas pelo professor. Através desse estudo, foi possível compreender que, a literatura infanto-juvenil, enquanto diverte os alunos, esclarece sobre si mesma, e favorece o desenvolvimento de sua personalidade, oferecendo significado em tantos níveis diferentes, e enriquecendo a existência do aluno de tantos modos que nenhum livro pode fazer justiça à multidão e diversidade de contribuições que as histórias infantis dão à vida do aluno.

**PALAVRAS-CHAVE:** literatura infanto-juvenil, leitura, escola.

## **A CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA INFANTO-JUVENIL PARA O ESTÍMULO DA LEITURA**

O desenvolvimento de interesses e hábitos permanentes de leitura é um processo constante, que começa no lar, aperfeiçoa-se sistematicamente na escola e continua pela vida afora, através das influências da atmosfera cultural geral e dos esforços conscientes da educação.

É comum no meio escolar, queixas sempre direcionadas ao aluno que não gosta de ler, entretanto, dificilmente se ouve professores se questionarem sobre sua atuação nesse processo. Falta-lhes discernimento para também se inserir no contexto. Não se trata de atribuir culpas, mas de perceber que é preciso investigar o problema e que para isso convém uma análise do método de leitura empregado. É preciso perceber que a leitura empregada tem um espaço cada vez menor no meio escolar; que o ambiente de letramento do aluno é pobre e conta com o agravante de que alguns professores não têm uma formação adequada, não são leitores e, no entanto, têm que ensinar a ler e despertar o gosto pela leitura.

Ocorre, pois, que em linhas gerais, nas escolas não existem definições claras do que é leitura, cada um dá ao trabalho o direcionamento que acha melhor. Tal fato contribui para a perda de significação da leitura, especialmente porque existe uma supervalorização de aspectos mecânicos como fluência, ritmo, velocidade, entonação, timbre de voz. Evidentemente, se do aluno é cobrado somente por tais aspectos, ele não perceberá a verdadeira importância da leitura. O paradoxo se estabelece: de um lado a cobrança para o aluno ler, a leitura como fonte de informação; do outro a falta de percepção para o ato de ler, pois ele é concebido de forma mecânica.

É nesta perspectiva, que a literatura infanto-juvenil ganha uma importância fundamental, uma vez que ela possibilita a aquisição de novos conhecimentos e, além disso, incentiva o gosto pela leitura.

Ninguém duvida da importância da leitura: o indivíduo quem lê está contribuindo para o seu enriquecimento pessoal e para sua compreensão do mundo; paralelamente, o crescimento econômico e social de uma nação depende em grande parte do grau de instrução de seu povo.

A leitura foi anteriormente considerada, simplesmente um meio de receber uma mensagem importante. Hoje em dia, porém, o ato de ler é considerado, em si mesmo, como um processo mental de vários níveis, que muito contribui para o desenvolvimento do intelecto. Por essa razão que a leitura é uma forma exemplar de aprendizagem. Estudos psicológicos revelam que o aprimoramento da capacidade de ler também reeduca a capacidade de aprender como um todo, indo muito além da mera recepção. A boa leitura é uma confrontação crítica com o texto e as idéias do autor.

Baseando-se nestes aspectos, o presente artigo tem como objetivo principal caracterizar as potencialidades metodológicas da literatura infanto-juvenil como uma das mediações de trabalho com os alunos, uma vez que a mesma possibilita a apreensão de saberes significativos e modelos de esquemas de análise estrutural para aplicação pedagógica.

Este estudo se enquadra no campo da pesquisa exploratória. Este tipo de pesquisa pode ser definida como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. Nessa pesquisa explorar é tipicamente a primeira aproximação de um tema e visa criar maior familiaridade em relação a um fato ou fenômeno. Desse modo, a pesquisa exploratória é quase sempre feita como levantamento bibliográfico. Sendo assim, os dados foram coletados por meio da pesquisa bibliográfica.

A história da literatura infanto-juvenil começa a delinear-se no início do século XVIII, quando a criança passa a ser considerada um ser diferente do adulto, com necessidades e características próprias, pelo que deveria distanciar-se da vida dos mais velhos e receber uma educação especial, que a preparasse para a vida adulta. Antes disso, a criança, acompanhando a vida social do adulto, participava também de sua literatura. Sobre isso Cunha informa que:

Temos de distinguir dois tipos de crianças, com acesso a uma literatura muito diferente. A criança da nobreza, orientada por preceptores, lia geralmente os grandes clássicos, enquanto a criança das classes desprivilegiadas lia ou ouvia as histórias de cavalaria, de aventuras. As lendas e contos folclóricos formavam uma literatura de cordel de grande interesse das classes populares. (CUNHA, 1999, p. 427).

Na procura de uma literatura adequada para a infância e juventude, surgiram duas tendências para a leitura dos pequenos: dos clássicos, fizeram-se adaptações; do folclore, houve a apropriação das histórias infantis, até então quase voltadas especificamente para a criança. Assim, desde os primórdios, a literatura infanto-juvenil surge como uma forma literária menor, atrelada à função utilitário-pedagógica que a faz ser mais pedagogia do que literatura.

Contar histórias para as crianças sempre expressou um ato de linguagem de representação simbólica do real direcionado para a aquisição de modelos lingüísticos. O trabalho com tais signos remete o texto para alguma coisa fora dele, de modo a resgatar dados de um real verossímil para o leitor infantil. Este, tratado fisionomicamente sob o 'modo de ser' do adulto, reflete-se para a produção infantil como um receptor engajado nas propostas da escola e da sociedade de consumo. Deverá, sobretudo, apreender via texto literário infantil, a verdade social. (Palo & Oliveira, 2001, p. 09)

Portanto, se considerar o arranjo do discurso literário sob a operação da contigüidade dos signos, em convenção simbólica, mais se aproxima do uso social desse discurso, reforçando as estruturas do pensamento vigente em educação. Isso, sem discutir o tratamento pela escola ao decidir as respostas da criança na leitura do texto literário: passividade e

persuasão acompanham a recepção dos modelos da verdade; ainda a voz da lei pedagógica em exercício literário.

O surgimento da literatura infanto-juvenil supõe uma consideração de ordem histórica, uma vez que não apenas o gênero tem uma origem determinável cronologicamente, como também seu aparecimento decorreu de exigências próprias de seu tempo. Sendo assim, “há um vínculo estreito entre seu surgimento e um processo social que marca indelevelmente a civilização européia moderna e, por extensão, ocidental”. (ZILBERMANN, 1995, p. 27).

Trata-se da emergência da família burguesa, a que se associam, em decorrência, a formulação do conceito atual de infância, modificando o status da criança na sociedade e no âmbito doméstico, e o estabelecimento de aparelhos ideológicos que visarão a preservar a unidade do lar e, especialmente, o lugar da criança no meio social.

Segundo Cabral (apud CUNHA, 1999) a partir do final do século XVIII, o processo de socialização e educação da criança se delineia mais nitidamente. Estava presente um Estado moderno e de profundas diferenças de classe. A socialização da criança burguesa pela escola responde aos interesses do Estado e da família. Todavia, com a criança proletária, o binômio atenção/disciplina ocorre por outras referências: a perpetuação do sistema econômico vigente e o controle ideológico dos valores burgueses.

Todas as mudanças na estrutura da sociedade desencadearam repercussões no âmbito artístico, que estavam voltadas a manifestações de eventos da vida burguesa e seu cotidiano; o progresso da técnica de industrialização atingiu a arte literária, gerando posteriormente, a cultura massificada, porém suas principais características são: a ascensão da família burguesa, o novo *status* concedido à criança e a reorganização da escola.

Corroborando com essa afirmativa, Rego (apud CUNHA, 1999) afirma que a consolidação de um público leitor se transforma, neste contexto, em um mercado exigente e ativo, determinando uma mudança radical no processo de circulação da cultura, ou melhor, a cultura passa a ser adquirível por qualquer cidadão, tornando-se mais democrática e popular. Sendo assim, é enquanto um mercado atuante que o público emergente aciona uma nova indústria: a da própria cultura. Exigido agora, já que está em movimento, sempre novos contingentes de consumidores, para que possa se responder de maneira contínua. Deve-se lembrar que esta estabilização ocorreria sem o povo e a contribuição, da escola, que se reformula, passando a funcionar como um elemento de iniciação à sociedade motivando o irreversível envolvimento ideológico do ensino e da pedagogia com os valores da sociedade.

Transparecem assim, as razões pelas quais a leitura vem ocupar o primeiro plano no lugar de outras modalidades de percepção e representação da verdade. Com esse domínio generalizado da habilidade de ler, consequência da ação eficaz da escola, opera-se um gradativo, mais irreversível, democratização do saber. Aparecendo também, por outro lado, as primeiras expressões da cultura massificada, devido a explosão de uma literatura popular, cuja transmissão fora feita até aquele momento por meio das formas orais, acompanhadas pelas as músicas. É resultado do período também a noção a uma leitura de caráter especial, que levassem a meditação ou aprendizagem, impedido o escopismo e a fantasia.

A promoção da leitura e do valor da escola, que acompanha seu suporte material, tem entre os iluministas seus grandes olidos. Já que estes vêm no livro o instrumento fundamental para a difusão do saber e o meio pelo qual cada um se apropria da realidade, embaçando seu caráter utilitário e sua natureza emancipatória.(ZILBERMAN 1997, p. 45)

Zilbermann (1997) ressalta ainda que a tendência pedagógica da literatura para a criança e jovens, nas suas origens, tem comprometido a autonomia do campo de forma tão vigorosa que, até hoje, permanecem as marcas de tal determinação: a) artificialismo da

linguagem - expresso nas histórias infantis por escolha lexicais simplificadas; b) estrutura morfo-sintática reduzida – estereótipo do que seja a expressão verbal da criança; c) temas pedagógicos e lições moralizantes - mais preocupados em veicular conteúdos morais do que formar uma personalidade crítica; d) esquemas narrativos fáceis do tipo início-meio-fim- com o objetivo de facilitar a leitura dos pequenos leitores.

No Brasil, o surgimento da literatura infanto-juvenil se deu o fim do século XIX e início do século XX. Tratava-se, segundo Lopes (1999), de traduções ou adaptações de contos e fábulas da tradição européia e uma tímida produção nacional, marcada por aqueles traços instrutivos e moralizantes. O gênero apresentava poucas possibilidades de afirmação ou legitimidade estética quando comparado à produção literária de caráter geral. Não era possível revelar a matéria literária em objeto tão comprometido com fins educativos.

Com o passar dos tempos, o gênero inicial modificou-se, experimentando significativos rompimentos em seus percursos. Uma primeira marca desse rompimento foi imprimida, ainda que de forma uma tanto isolada, por Monteiro Lobato, nas décadas de 1920 e 1930, por meio de uma extensa produção que ora polemizava a pedagogia, ora com os próprios autores do seu tempo. Lobato insere-se no domínio da literatura infantil conferindo-lhe uma nova perspectiva, tanto de ordem temática quanto discursiva. "A criança já não é poupada de conflitos sociais, o ponto de vista da narrativa muitas vezes lhe é transferido e abre-se espaço para a voz questionadora do personagem-criança, metamorfose e exacerbado muitas vezes na polêmica figura da boneca Emília". (LOPES, 1999, p.45).

Jaime Benjamim (apud LOPES, 1999, p. 50) comenta que "a criança exige do adulto uma representação clara e compreensível, mas não infantil" . A noção de criança que se opõe à aquela das suas origens, histórica e cultural, não é miniatura do adulto, ser ingênuo e

desprotegido, entidade do vir-a-ser, mas sujeito que vive no presente e neste presente interfere.

Ainda no Brasil, as modificações temáticas e estruturais na figura vanguardista de Lobato apontam para as primeiras delimitações e especificidades da literatura destinada à infância; o que, de algum modo, significa também uma perspectiva de afirmação do gênero, crescimento do leitor-criança.

Com efeito, são as coordenadas estéticas e não as instrutivas que permitem situar a literatura infantil na categoria de arte literária, categoria essa que, elevada a um outro estatuto, pressupõe, na definição de Umberto Eco (1994). Assim, um outro limite da problemática se impõe, no que se refere tanto a sua produção quanto a sua recepção: a relação desigual entre os adultos e crianças em uma sociedade que tende a privilegiar a decisão dos mais experientes em detrimento das possibilidades de criação, intervenção dos ingênuos, miniaturas de adultos. O livro infantil é escrito, produzido, comprado, distribuído, em geral, por um adulto. Nesse sentido, à criança é oferecida pouca ou nenhuma chance de escolha, interferência, interlocução.

A década de 1980, o estatuto do gênero já havia se firmado, tanto pela diversidade e qualidade das obras, quanto em razão de seu consumo crescente. Somem-se a esse quadro a democratização do acesso à escola, as políticas públicas de incentivo à leitura e mesmo uma progressiva escolarização das práticas literárias. Assim:

A leitura, efeito da convivência com a literatura infantil sob a ótica do destinatário, incorpora a duplicidade que caracteriza este gênero; sendo propiciadora de conhecimento, compreensão da realidade empírica e até mesmo meio de experimentação desta última, é igualmente um recurso para a integração do leitor mirim à existência burguesa, marcada pela dicotomia entre o uso e a especulação, o setor do trabalho e a privacidade, a atividade comercial e o lazer, reforçando o individualismo e o isolamento, processos que a criança passa a vivenciar desde cedo. (LOPES, 1999, p.55)



A origem da literatura infanto-juvenil, portanto, deveu-se antes de tudo à sua associação com a pedagogia, já que as histórias eram elaboradas para se converter em instrumento dela. Por tal razão, careceu de imediato de um estatuto artístico, sendo-lhe negado a partir de então um reconhecimento em termos de valor estético, isto é, a oportunidade de fazer parte do reduto seletivo da literatura.

Para Zilbermann (1995), a literatura infanto-juvenil ofereceu a contrapartida ao caráter pedagógico, compreensível a partir da perspectiva da criança e do significado que o gênero pode ter para ela. Sua atuação deu-se dentro de uma faixa de conhecimento, não porque transmite informações e ensinamentos morais, mas porque pode conceder ao leitor a possibilidade de desdobramentos de suas capacidades intelectuais.

A literatura infanto-juvenil tem muito a oferecer à criança e ao jovem, desde que examinada em relação à sua construção propriamente literária. É quando se verificam os benefícios que a história e o discurso trazem para o leitor. Tal construção pode ser entendida ainda a partir de outra peculiaridade artística do gênero: é o fato, assinalado por Perkert (*apud* ZILBERMAM, 1995), de não conhecer fronteiras. Com efeito, o livro infantil desconhece um tema específico, não é determinado a partir de uma forma e, ainda, escorrega livremente da realidade para o maravilhoso. Além disto, incorpora ao texto à ilustração e admite modalidades próprias, como o conto de fadas ou a história com animais.

Segundo Zilbermann (1995), essa ilitimação, simétrica e contrária antes mencionada, decorre da relação particular que estabelece com o leitor. Carecendo a criança de um horizonte qualquer, que, no adulto, provém de sua vivência acumulada no tempo, ela é permeável a tudo; daí à maleabilidade das balizadas oferecida nos livros infantis.

Na visão de Lopes (1999), a literatura infanto-juvenil se constitui não somente no nível de sua produção, mas também no espaço interativo com o leitor. Para Antonio Cândido (apud LOPES, 1999), a literatura tem a possibilidade de confirmar no homem a sua condição de humano e existirá enquanto existirem leitores que a vivam, decifrem, aceitem, transformem. E uma das características próprias do ser humano é criar, modificar e ser modificado permanentemente pelo meio sócio-cultural. No que diz respeito à literatura infanto-juvenil e ao ato da leitura, o livro só se torna legítimo quando é possível com ele interagir, recriando-, suplementando-o como leitor com a sua própria visão de mundo. Do contrário, é texto sem leitor, página em branco.

A literatura infanto-juvenil oferece um caráter pedagógico, compreensível a partir da perspectiva da criança e do significado que o gênero pode ter para ela. Sua atuação dá-se dentro de uma faixa de conhecimento, não porque transmite informações e ensinamentos morais, mas porque pode conceder ao leitor a possibilidade de desdobramentos de suas capacidade intelectuais.

O saber adquirido dá-se, assim, através do domínio da realidade empírica, isto é, aquela que lhe é negada em sua atividade escolar ou doméstica, desencadeando um “alargamento da dimensão de compreensão” e a aquisição de linguagem, produto da recepção da história enquanto audição ou leitura e da decodificação da mesma. (ZILBERMAN, 1997, p.15)

A literatura infanto-juvenil tem o que oferecer ao aluno, desde que examinada em relação à sua construção propriamente literária. É quando se verificam os benefícios que a história e o discurso trazem para o leitor. Tal construção pode ser entendida ainda a partir de outra peculiaridade artística do gênero”: é o fato, assinalado por Perkert (apud ZILBERMAM, 1995), de não conhecer fronteiras. Com efeito, o livro infantil desconhece um tema específico, não é determinado a partir de uma forma e, ainda, escorrega livremente da

realidade para o maravilhoso. Além disto, incorpora ao texto à ilustração e admite modalidades próprias, como o conto de fadas ou a história com animais.

Segundo Zilbermam (1995), essa ilitimação, simétrica e contrária antes mencionada, decorre da relação particular que estabelece com o leitor. Carecendo a criança de um horizonte qualquer, que, no adulto, provém de sua vivência acumulada no tempo, ela é permeável a tudo; daí a maleabilidade das balizas oferecida nos livros infantis.

No caminho percorrido, à procura de uma literatura adequada para a infância e juventude, observam-se duas tendências próximas daquelas que já informavam a leitura dos pequenos; dos clássicos, fizeram-se adaptações; do folclore; houve a apropriação das histórias infantis – até então quase nunca voltados especificamente para a criança.

Conforme Coelho (2000), pode se dizer que, hoje, todas as tendências temáticas e estilísticas se impõem com igual força na produção literária para crianças, jovens e adultos. Passado e presente se fundem para gerar novas formas. No panorama literário geral coexistem, com igual interesse, diferentes linhas ou tendências de criação literária. Cinco linhas básicas se destacam, que por sua vez, se desdobram em outras:

**Linha do Realismo** cotidiano (desdobrada em: Realismo crítico, Realismo lúdico, Realismo humanitário, Realismo histórico ou memorialista.e Realismo mágico);  
**Linha do Maravilhoso** (desdobrada em: Maravilhoso metafórico, Maravilhoso satírico, **Maravilhoso popular**" ou folclórico, Maravilho fabular, e Maravilhoso científico);  
**Linha do Enigma ou Intriga** Policialesca;  
**Linha da narrativa por Imagens**; e  
**Linha dos Jogos Lingüísticos**. (COELHO, 2000, p.156)

Portanto, a literatura infanto-juvenil é uma forma altamente ativa de lazer e aquisição de conhecimentos. A leitura exige um grau maior de consciência e atenção, uma participação efetiva do recebedor-leitor.

Desse modo, acredita-se ser importante que a escola procure desenvolver no aluno formas ativas de leituras prazerosas, e com isso tornando-o indivíduo crítico e criativo, mais consciente e produtivo, tendo a literatura um papel relevante nesse aspecto.

De acordo com Diogo (1994), no contexto escolar, se ajuizar das práticas pelos textos que pretendem orientá-los, o que se verifica é que a leitura de obras literárias infantis não considera minimamente as relações intertextuais. Lê-se em separado um texto, depois um outro texto e assim sucessivamente. Não parece ter sido pensado que os textos podem relacionar-se e que isso importa ao sentido deles. A leitura torna-se o sentido da existência de uma literatura sua, ou seja, a rendibilizar sua a enciclopédia interna e a estrutura experiência virtual.

Em suma, diante dos entraves na prática da leitura no ambiente escolar, pode-se dizer que na escola se evita que o aluno se torne leitor. No entanto, depreende-se que preservar as relações entre a literatura e a escola, ou uso do livro em sala de aula, decorre do fato de que ambas compartilham um aspecto em comum: a natureza formativa. Afinal, tanto a obra de ficção como a instituição do ensino está voltada à formação do indivíduo ao qual se dirigem.

A literatura, segundo Zilbermann (1995), sintetiza, por meio dos recursos da ficção, uma realidade, que tem amplos pontos de contato com que o leitor vive cotidianamente. Assim, a fantasia continua a se comunicar com o destinatário atual, porque ainda fala de seu mundo, com suas dificuldades e soluções, ajudando-o, pois a conhecê-lo melhor. Também a escola tem uma finalidade sintetizadora, transformando a realidade a realidade viva nas distintas disciplinas ou áreas de conhecimento que são apresentadas ao estudante.

Zilberman (1995) acrescenta que o contato com a literatura se faz inicialmente através de seu ângulo sonoro: a criança ouve histórias narradas por adultos, podendo eventualmente acompanhá-las com os olhos na ilustração. É essa última que introduz a epiderme gráfica do livro, de modo que a palavra escrita apresenta-se via de regra como o derradeiro elo de uma

cadeia que une o indivíduo à obra literária. Contudo, tão logo ela se instala no domínio cognitivo de um ser humano, converte-o num leitor, isto é, modifica sua condição. Portanto, é a posse dos códigos de leitura que muda o status da criança e integra-a num universo maior de signos, o que nem a simples audição, nem o deciframento das imagens visuais permitam.

Pode-se afirmar que a literatura infanto-juvenil é uma modalidade de expressão e não conhece limites definidos, torna-se bastante difícil estabelecer suas principais linhas de ação. Conforme Zilberman (1995), ela pode englobar histórias verídicas ou fantásticas, miscigenar gente e animais antropomorfizados, simbolizar ou simplificar situações humanas existenciais, misturando até todas estas possibilidades num único texto.

Neste contexto, um livro tem grande importância na aquisição de conhecimentos. Os livros são portadores do conhecimento de uma geração para outra. Para os jovens leitores, os bons livros correspondem às suas necessidades internas de modelos e ideais, de amor, segurança e convicção. Ajudam a dominar os problemas éticos, morais e sociopolíticos da vida, proporcionando-lhes casos exemplares, auxiliando na formulação de perguntas e respostas correspondentes. Eles são um auxílio na tarefa de atingir a meta profissional de desenvolver a personalidade dos jovens e de ajudá-los a estabelecer um conceito global do mundo.

Os fatores decisivos na leitura são o prazer proporcionado pelos livros, que começa a ser experimentado em idade pré-escolar, o ensino da leitura acompanhado pela satisfação no progresso e no êxito, levando em conta, ao mesmo tempo, as múltiplas possibilidades e necessidades, e o encorajamento de toda e qualquer motivação possível para ler.

As condições necessárias ao desenvolvimento de hábitos positivos de leitura incluem oportunidades para ler de todas as formas possíveis. É nesse sentido, que a literatura ganha relevância, pois como toda grande arte, a literatura infanto-juvenil tanto agrada como instrui,

sua genialidade especial é que ela o faz em termos que fala diretamente a criança e adolescente.

Portanto, através da literatura infanto-juvenil é possível proporcionar ao aluno práticas de leituras destituídas de regras, normas, cobranças. E, além disso, é possível, ainda, tornar a leitura em um ato de prazer, pois, as capacidades de pensar e sentir também são agrupadas pela leitura. Ler é um dos processos mais ricos que temos para desenvolver a percepção da vida e o reconhecimento e o saber objetivo, mas, principalmente, nos leva a aumentar a capacidade de pensar e sentir.

Pelo exposto, compreende-se a importância da relação aluno-leitura expressa-se de modo ainda mais significativo quando se conjuga ao desafio da apropriação do código escrito. Assim, a leitura é mais do que a descoberta e revelação: é a posse da linguagem enquanto forma-substância concretamente percebida, que conduz à auto-compreensão e ao estabelecimento de mais ricas relações interpessoais, e a literatura infanto-juvenil pode em muito contribuir para alcançar tal perspectiva.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse artigo procurou mostrar que o ensino da leitura, orientado através da literatura infanto-juvenil, pode estar a serviço do aprimoramento do hábito da leitura. E esta, é com certeza a maior relevância desse estudo, levar esse conhecimento aos professores, a fim de que os mesmos possam compreender a importância da literatura na aquisição de novos conhecimentos e no estímulo da prática constante da leitura.

Em suma, tendo-se em conta os aspectos descritos, pode-se concluir que a finalidade da literatura infanto-juvenil, bem como dos processos inerentes ao ato de ler, conduz à mudança das atividades de leitura na escola. Ela inclui, inevitavelmente, a seleção de diversas obras, estabelece um vínculo solidário com o leitor, permitindo-lhe atuar como sujeito da produção e amplia os conhecimentos.

Somente uma relação harmoniosa entre professor e conhecimento e que incentive o leitor a prática da leitura, através de livros infanto-juvenis, pode trazer grandes conquistas para a formação de leitores.

Trabalhar a leitura através da literatura infanto-juvenil é uma oportunidade que a escola tem de melhorar sua metodologia, pois a literatura trata de várias situações humanas e imaginárias, como também estimula o hábito da leitura. A leitura pode ser também uma fonte de prazer, como também desenvolver a percepção e a aquisição de novos conhecimentos.

A integração entre os aspectos sensíveis, afetivos, estéticos e cognitivos, assim como a promoção de interação e comunicação social, conferem caráter significativo à literatura infanto-juvenil. É uma das formas importantes de expressão humana, o que por si só justifica sua presença no contexto da educação.

Portanto, a literatura sintetiza, por meio dos recursos da ficção, uma realidade, que tem amplos pontos de contato com que o leitor vive cotidianamente. Assim, a fantasia

continua a se comunicar com o destinatário atual, porque ainda fala de seu mundo, com suas dificuldades e soluções, ajudando-o, pois a conhecê-lo melhor.

## **REFERÊNCIAS**



BARROS, Silvana. **Diálogo, pesquisa e faz-de-conta:** uma proposta que pode dar certo. Revista Psicopedagogia. Vol.19, n ° 52, 2000.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil.** Teoria, prática e didática. São Paulo: Moderna, 2000.

CUNHA, M. A. **Literatura infantil:** teoria e prática. São Paulo: Ática, 1999.

DIOGO, Américo Antônio L. **Literatura infantil, história, teoria, interpretações.** Lisboa: Porto Editora, 1994.

LOPES, C. **Criatividade e processos de criação.** Petrópolis: Vozes, 1999.

PALO, Maria José & OLIVEIRA, Maria Rosa. **Literatura infantil: voz da criança.** São Paulo: Ática, 2001.

ZILBERMAN, Regina. **Leitura em crise na Escola.** Porto Alegre. Mercado Aberto, 1997.

\_\_\_\_\_ **Literatura Infantil:** Autoritarismo e Emancipação. São Paulo: Ática, 1995